

Trimestral
Nº 305 • 2026

LACTICOOP

Boletim Informativo dos Cooperantes



VITO
AGRO

TOOLS FOR FARMING BRAVERY

vito-tools.com

EFEITOS DAS TEMPESTADES NA PRODUÇÃO DE LEITE

O nosso País foi surpreendido com um carrossel de tempestades violentas de ventos e chuva de que não há memória.

Os seus efeitos provocaram efeitos devastadores nas habitações, construções agrícolas e industriais, equipamentos, infraestruturas, como as redes de distribuição de energia, comunicações e abastecimento de água, transversais a todos os tipos de atividades económicas.

No caso específico das unidades produtivas de leite, os efeitos das tempestades provocaram ainda perdas de animais e muita alimentação armazenada, nomeadamente palha, feno e silagens. Perderam-se ainda muitas culturas de outono e inverno que iriam produzir muito alimento para ser acondicionado e armazenado para posterior consumo ao longo do ano. Estamos a falar das culturas de cereais, de azevém e também de algumas espécies de leguminosas, cultivadas isoladamente ou em consociação, que proporcionam cortes em verde, para acondicionamento em rolos sob a forma de silagem e mais tarde o último corte destina-se à produção de feno de elevada qualidade nutritiva para os bovinos.

Vão ainda existir fortes constrangimentos nas sementeiras da primavera, atendendo a que os melhores terrenos localizados nas bacias hidrográficas dos rios, foram completamente alagados e por isso vão demorar muitas semanas a poderem ser preparados para a sementeira do milho.

O custo da alimentação animal nas unidades produtivas de leite absorve mais de 55% da receita global gerada nas mesmas. Por essa razão os produtores procuram minimizar esse custo tentando produzir o máximo de alimentação na própria unidade produtiva, facto que este ano fica seriamente limitado, originando assim custos acrescidos com a aquisição de alimentação.

A tudo isto acresce a elevada redução de produtividade dos animais devido à perda do conforto da estabulação, das camas e dos parques de exercício.

É previsível que muitos dos produtores de leite atingidos possam demorar anos a voltar restabelecer plenamente as condições em que se encontravam antes da tempestade Kristin e as que lhe sucederam.

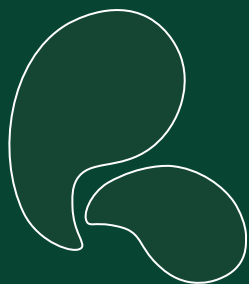


José de Jesus Oliveira Marques
(Presidente do Conselho de Administração)

Outros haverá que poderão vir a antecipar o abandono da atividade.

Apesar do poder executivo ter colocado à disposição algumas medidas financeiras para mitigar as dificuldades financeiras que os lesados estão a sentir, constata-se que será difícil arranjar empresas disponíveis que possam fornecer rapidamente os materiais e fazer a instalação dos mesmos num curto espaço de tempo. O prazo de reabilitação ou reconstrução das infraestruturas tem muito peso na rentabilidade das unidades produtivas pelo que podem pôr em causa a resiliência dos produtores de leite, assim como dos outros agentes económicos dos diversos ramos ligados à terra, nomeadamente a horticultura e floricultura.

O Conselho de Administração da Lacticoop e os seus colaboradores manifestam a sua solidariedade aos nossos produtores de leite atingidos e agricultores em geral e estamos disponíveis para dar todo o apoio técnico possível.



FICHA TÉCNICA

Coordenação

M. Fernandes da Silva

Redacção

Rua Almeida Garrett n.ºs 5 e 6

Apartado 92

3810-046 AVEIRO

Telef. 234 377 280

Fax 234 377 281

Email: geral@lacticoop.pt

Colaboraram neste número

Ana Rodrigues

Cátia Pinto

Diana Carvalho

Domingos Godinho

Fernandes da Silva

Filipe Maricato

Mário Cupido

Nunes Cardoso

Paula Vinhas

Susana Teixeira

Depósito legal

217931/04

Design e composição gráfica

Criamagin

Impressão

Litoprint

Zona indust. 3 Marcos

Vale do Grou - Apartado 34

3754-908 Aguada Cima-

ÁGUEDA

Telef.: 234 600 330

Periodicidade

Trimestral

Tiragem

750 exemplares

Recepção de anúncios

Todos os textos, publicidade e

imagens devem ser entregues

até ao dia 15 de cada Mês.

Em destaque nesta edição

Missão à Eslováquia: Produtores Portugueses Representam o EDF no Dia do Produtor de Leite 2025	05
Barbusano - Árvore do caminho	08
Agricultura e Pecuária de Precisão: Tendências para 2026	11
Pedaços da história da lacticoop	12
Presidente Honorário	16
Cooperativa Agrícola do Bebedouro abriu novo espaço	18
Eleições na Copombal - Cooperativa Agrícola do Concelho de Pombal, crl	20
Eleições na Caire - Cooperativa Agrícola de Castro Daire, CRL	20
#Maisleite Regressa à Escola	21
“Vamos falar de leite?” reforça valor da proteína láctea e da sustentabilidade	22
Novas regras para “simplificar” comunicações à Segurança Social	24

MISSÃO À ESLOVÁQUIA:

Produtores Portugueses Representam o EDF no Dia do Produtor de Leite 2025



Diana
Carvalho

European Dairy Farmers – Missão Técnica à Eslováquia, 15 e 16 de outubro de 2025

COOPERAÇÃO E CONHECIMENTO NA EUROPA DO LEITE

Uma delegação portuguesa participou, nos dias 15 e 16 de outubro, no Dia do Produtor de Leite 2025, em Zvolen (Eslováquia), representando o European Dairy Farmers (EDF). A missão incluiu visitas técnicas, encontros institucionais e apresentações sobre o estado atual do setor leiteiro eslovaco, conferências sobre inovação, sustentabilidade e bem-estar animal. A missão foi acompanhada por Peter Rafaj, produtor e membro do EDF, e proporcionou uma visão próxima da realidade leiteira eslovaca.

Durante o percurso entre Viena e Bratislava, o produtor Peter Rafaj, membro do EDF, apresentou a realidade agrícola local, marcada por explorações de grande dimensão e forte investimento tecnológico. Foram visitadas duas explorações do mesmo proprietário: uma unidade com cerca de mil vacas em lactação e um sistema avançado de biogás que produz eletricidade e água quente para abastecimento urbano e uma nova exploração com 32 robôs de ordenha e capacidade projetada para 1.200 vacas.

Peter Rafaj, responsável pela reprodução numa exploração com 515 vacas leiteiras e 600 de carne, explicou que a principal dificuldade é a alimentação animal, com milho não regado a render 30 toneladas por hectare. As propriedades eslovacas têm em média 30 hectares por parcela e recorrem sobretudo a arrendamento (80%).

ESTRUTURA E ECONOMIA AGRÍCOLA

As explorações eslovacas são, em média, maiores e mais mecanizadas do que as portuguesas, com 300 vacas por unidade produtiva.

Os apoios diretos são mais limitados, mas os incentivos ao investimento podem atingir 70% em projetos estratégicos, refletindo uma forte aposta na modernização tecnológica.



SETOR LEITEIRO ESLOVACO: DESAFIOS E OPORTUNIDADES

Na conferência central do evento, o Dia do Produtor de Leite, Alexander Pastorek, presidente da Associação Eslovaca de Produtores de Leite e diretor da Agrocoop Imel, apresentou a evolução do setor: desde 2004, o país perdeu 45% do efetivo, mas aumentou 58% a produtividade por vaca.

A epidemia de aftosa causou perdas superiores a 44 milhões de euros, reforçando a importância da biossegurança.

O preço do leite ronda os 0,53 €/kg, o que mantém a rentabilidade em níveis baixos.

Entre os desafios, destacam-se as alterações climáticas, a escassez de mão de obra e as novas exigências legais europeias.

Por outro lado, surgem oportunidades através de campanhas de valorização do leite nacional, projetos educativos e cooperação com universidades agrícolas.

BEM-ESTAR ANIMAL E CLIMA

O engenheiro Marco Spruit (Royal de Boer) apresentou a palestra “Ventilem as vacas, não os estábulos”, focada na importância da ventilação e arrefecimento para reduzir o stress térmico e garantir maior saúde e produtividade dos animais.

Já Peter Juhász, do Ministério da Agricultura Eslovaco, destacou os apoios à inovação, bem-estar animal e o Programa Escolar do Leite, que envolve mais de meio milhão de alunos por ano.

UM CASO DE SUCESSO: PD “RADOŠINKA”

A cooperativa PD Radošinka, apresentada por Štefan Korec, é um exemplo de modernização e eficiência.

O novo estábulo alberga 1000 vacas, com sistema robotizado de ordenha e gestão digital integrada.

O investimento permitiu aumentar a produção diária de 33,5 para 39,5 litros por vaca, reduzir o trabalho manual e melhorar o conforto animal, aliando tecnologia, bem-estar e sustentabilidade.



PORTUGAL EM PALCO: INOVAR COM SIMPLICIDADE

Portugal esteve representado pela biotecnóloga Diana Carvalho, da empresa Uziel Carvalho, Lda (Leiria), que apresentou o tema “Innovating by Simplifying”.

A exploração familiar integra 5 robôs de ordenha GEA, controlo biológico de moscas, e um centro de biogás que produz eletricidade, calor e fertilizante, fechando o ciclo de energia e nutrientes.

O inovador sistema das “mummy cows”, em que vacas alimentam os vitelos naturalmente, foi destacado como exemplo de bem-estar animal e eficiência reprodutiva.

COOPERAÇÃO E FUTURO

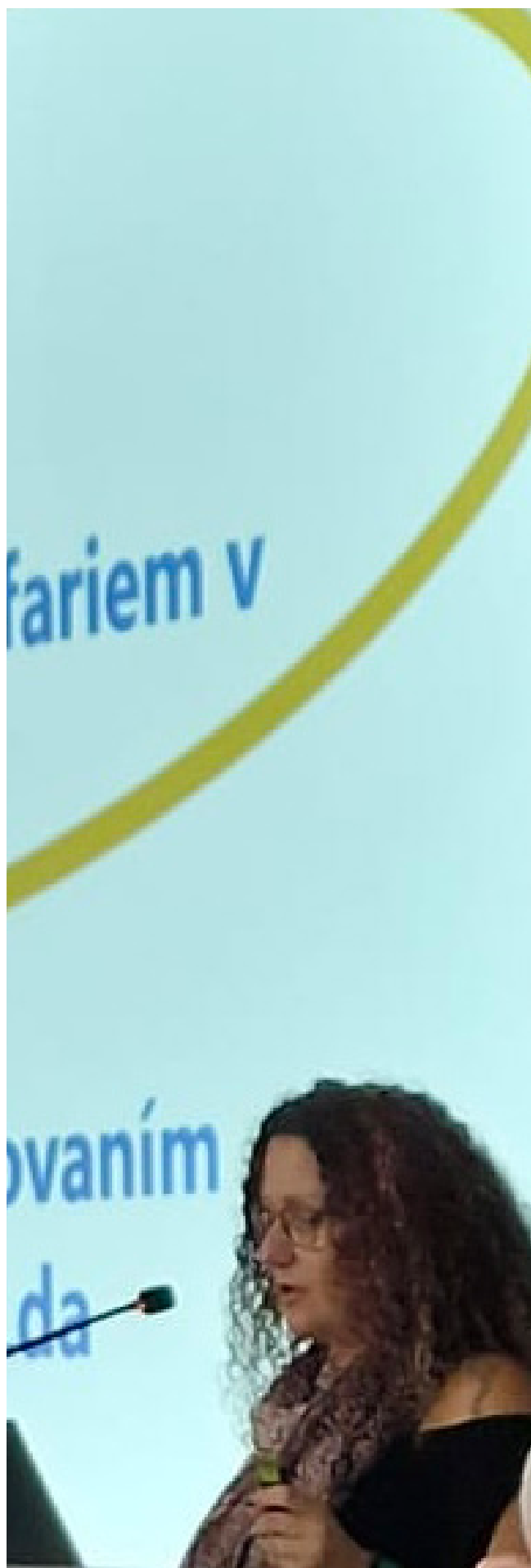
A missão evidenciou que a Eslováquia combina escala, tecnologia e energia renovável, enquanto Portugal se destaca pela eficiência e resiliência das suas explorações com uma crescente sensibilidade para o bem-estar e sustentabilidade.

Apesar dos preços do leite inferiores à média europeia, o país destaca-se pela eficiência energética e integração de dados na gestão agrícola.

A participação portuguesa reforçou o valor da troca de experiências internacionais e da cooperação entre produtores, pilares fundamentais para um futuro mais inovador e resiliente do setor leiteiro europeu.

“A produção de leite é uma forma de vida resiliente, onde o suor e a paixão caminham lado a lado para tornar possível o impossível — produzir o alimento mais precioso do mundo: o leite.”

Diana Carvalho



ÁRVORE DO MÊS

BARBUSANO

Árvore do caminho



Mário
Cupido

“Dou comigo a pensar em caminhos solitários, cheios de curvas e demoras, onde se sente de perto o respirar contrastado e uno da paisagem”

Isto foi escrito pelo Cardeal José Tolentino Mendonça no seu novo livro **“PARA OS CAMINHANTES TUDO É CAMINHO”** que ostenta na capa o barbusano, uma árvore da terra em que nasceu, a Madeira. Podia ter escolhido um coqueiro das praias angolanas onde brincou. Um pinheiro manso da Cidade Eterna onde trabalha. Mas escolheu uma árvore, como ele nascida no Machico, que com as suas raízes segura as vertentes mais íngremes, certo que serão também as suas sólidas raízes que o vão guiar no promissor caminho que lhe falta percorrer.

O Barbusano é uma espécie endémica da ilha da Madeira. Vamos encontrá-lo entre os 300 e os 600 metros de altitude sendo uma das maiores árvores, maioritariamente da família das Lauráceas, que integram o dossel da chamada floresta de transição – Laurissilva do Barbusano.

No seu todo, a floresta Laurissilva da Madeira prende-nos com o seu verde perene, o aroma fresco e as brumas marítimas que retém. O valor natural que representa levou a UNESCO a distingui-la, em 1999, como Património Natural da Humanidade. Mas as Florestas Laurissilva que povoam a Macaronésia, nomeadamente as ilhas Canárias, Madeira e Açores, são também um pouco da história da Bacia Mediterrânica que, na última glaciação ocorrida há cerca de vinte mil anos, sem a protecção da brisa atlântica, perdeu todo este revestimento vegetal que a cobria. Estas ilhas albergam assim autênticas relíquias vivas (vegetais e animais) que importa preservar para memória futura.





FICHA TÉCNICA

Nome científico: Apollonias barbuiana

Família: Lauraceae

Gênero: Apollonias

Características botânicas

Folhas: Perenes, de cor verde-escura e brilhantes, oblongas a oblongo-lanceoladas, coriáceas, glabras, por vezes revolutas e com 5 a 15 centímetros de comprimento. Frequentemente apresentam pequenas galhas que albergam ácaros fitófagos específicos (*Aceria Barbujeana*).

Flores: Dispostas em florescências terminais, hermafroditas, pequenas, curtamente pedunculadas e de cor branco-esverdeada e aparecem de outubro a maio.

Frutos: Bagas ovais, apresentam-se envolvidas na base por uma curta cúpula, pedúnculo longo e adquirem cor preta quando maduras.

Tronco: Direito, resistente, duro e de grande densidade. Apresenta-se liso e de cor cinzento claro.

Perfil: Árvore de grande porte, atinge frequentemente os 25 metros de altura e apresenta uma copa redonda e densa em que sobressai o verde escuro e brilhante da folhagem.

O nome do género Apollonias, a que pertence o Barbusano, deriva do deus grego Apollo, filho de Zeus, ideal da beleza atlética e juventude e simbolizado pelo loureiro ou outra árvore da mesma família. O Barbusano não será um deus grego, mas há muitos milhares de anos vivia também na Grécia, resistindo agora nas vertentes e escarpas do seu refúgio atlântico, poderoso oráculo da actividade humana local e do oceano que o cerca.

Para além da resiliência da árvore, salienta-se a beleza da sua madeira valiosa embora seja particularmente difícil de trabalhar. O seu tom, de claro a avermelhado escuro, é muito valorizado no fabrico de mobiliário de luxo e peças avulsas de marcenaria. Dada a sua dureza, resistência e tolerância à humidade, foi também muito utilizada na construção naval e civil assim como em utensílios agrícolas como os fusos de lagar.



SÓ COM ENTEC® USUFRUI DE TODOS OS NUTRIENTES

ENTE C®

AUMENTO DA EFICIÊNCIA NO USO DOS NUTRIENTES

Garantia da disponibilidade de azoto e fósforo desde os estados iniciais e ao longo de todo o ciclo

MENOR NÚMERO DE APLICAÇÕES E MAIOR FLEXIBILIDADE

Menos aplicações e fórmulas adaptados a todos os momentos de aplicação

COMPATÍVEL COM A PROTEÇÃO CLIMÁTICA E AMBIENTAL

Redução das perdas de nitratos por lixiviação e das emissões de gases de efeito de estufa



DEIBA

Parque Industrial de Mitrena, Lotes 42-45
2910-738 Setúbal PORTUGAL
Tel: +351 265 709 660 | www.adubosdeiba.com



EuroChem Agro Iberia, S.L.
www.eurochemiberia.com



EUROCHEM

AGRICULTURA E PECUÁRIA DE PRECISÃO:

Tendências para 2026



Domingos
Godinho



Cátia
Pinto

Os produtores agrícolas e pecuários sempre utilizaram dados para gerir as suas culturas, de forma mais empírica ou racional, com maior ou menor rigor e assertividade. A digitalização que se tem verificado também no setor agrícola nos últimos anos, tem vindo a facilitar a gestão das culturas e efetivos baseada nos dados e tem aumentado muito o volume de dados disponíveis. Tal obriga a que estes sejam armazenados e trabalhados de modo a responderem às necessidades do setor agrícola e, por isso, dos produtores.

Efetivamente, o setor agrícola, desde sempre conhecido pela sua resiliência, tem-se adaptado aos desafios atuais ao incorporar cada vez mais soluções de agricultura e pecuária de precisão, bem como ferramentas digitais e de gestão agrícola. Estes equipamentos e plataformas são fundamentais para melhorar a eficiência na utilização de recursos, como a água ou fatores de produção, reduzir desperdícios, otimizar e maximizar os níveis de produtividade, de forma sustentável. Ao monitorizar continuamente as culturas e a produção animal é possível recolher grandes volumes de dados, essenciais para a tomada de decisões informadas e baseadas em evidências. Se nos anos anteriores, o foco esteve principalmente na recolha e análise de dados, a tendência para 2026 aponta claramente para a integração crescente da Inteligência Artificial (IA), de forma a transformar esses dados em recomendações automatizadas e preditivas. Neste sentido, e para que as recomendações sejam altamente precisas e fiáveis é importante garantir a qualidade dos dados recolhidos e uma boa periodicidade dos mesmos e dos modelos de análise aplicados.

É um facto que a agricultura e pecuária de precisão estão a evoluir cada vez mais de um modelo reativo para um modelo mais proativo, impulsionado pela incorporação tecnológica e a IA, que tornam o setor mais conectado, automatizado e orientado por dados. Contudo, e apesar destes avanços e tendências, 2026 continuará a ser marcado por diferentes níveis de adoção e maturidade digital nas empresas agrícolas e pecuárias. A pergunta e a resposta ao “Porquê”, são mais que conhecidas: acessibilidade económica, aplicabilidade prática, adoção, formação específica, entre outras; mas a resposta à pergunta

“O que é preciso fazer para alterar este paradigma”, mantém-se por responder. É, pois, necessária uma abordagem sistemática que envolva a integração completa das tecnologias nos processos de produção, a interoperabilidade entre sistemas/plataformas, a confiança nos modelos de análise e uma transição centrada no utilizador, com processos de co-criação junto dos produtores e técnicos.

CONFAGRI, um aliado na catalisação da inovação no setor cooperativo agrícola

A CONFAGRI, através do seu Departamento de Sustentabilidade, Inovação e Qualidade, tem participado e dinamizado consórcios para projetos nacionais e europeus, bem como promovido a aproximação a fornecedores de tecnologias e parceiros do sistema científico e tecnológico, no sentido de catalisar a inovação para o setor cooperativo agrícola. Podemos referir como exemplos o projeto Europeu LifeGaia Sense (2018-2022) ou o projeto PRR DigiFarm2all (2022-2025), no qual a CONFAGRI esteve muito envolvida e que foi uma aprendizagem muito importante para todos os intervenientes. Mais recentemente, a CONFAGRI tem promovido o curso de Formação Online “Inteligência Artificial no setor Vitivinícola”, em colaboração com o Data Colab, um Laboratório Colaborativo especializado na análise de dados e no desenvolvimento de serviços orientados por dados. Apesar desta formação em particular ter como foco o setor vitivinícola, serão ainda desenvolvidas outras ações à medida dirigidas a diferentes fileiras agrícolas. Estes cursos destinam-se a produtores, técnicos ou gestores agrícolas e pecuários e pretendem iniciar os formandos na compreensão da IA aplicada à agricultura.

Num contexto de rápida transformação tecnológica, a capacitação em agricultura e pecuária de precisão será determinante para garantir competitividade, sustentabilidade e resiliência ao sector cooperativo agrícola

NOTA PRÉVIA

Nesta edição do Boletim Informativo dos Cooperantes da Lacticoop vamos dar início à publicação de uma série de artigos da autoria do Eng^o Alberto de Jesus Nunes Cardoso, que foi Quadro Superior na nossa Organização e mais tarde Administrador Executivo na Lactogal em representação da Lacticoop.

O seu vínculo à Lacticoop teve início em 1972 e durante mais de quatro décadas trabalhou intensamente para o desenvolvimento e consolidação da Lacticoop, das cooperativas agrupadas e também da Lactogal, tendo sempre presente a melhoria das condições dos produtores de leite elo principal da nossa atividade.

A Administração da Lacticoop agradece desde já a disponibilidade do Eng^o Nunes Cardoso em colaborar doravante com o nosso Boletim Informativo, e estamos certos, que fruto da sua vivência profissional e olhar atento sobre o setor do leite e particularmente do papel desempenhado pela Lacticoop na organização da estrutura produtiva, vai evidenciar a importância histórica, económica e social que o movimento cooperativo através das suas organizações de produtores teve e continua a ter, no desenvolvimento e proteção do meio rural do nosso país.

ARTIGO

PEDAÇOS DA HISTÓRIA DA LACTICOOP



Nunes
Cardoso

INTRODUÇÃO

Com a concordância da Administração da Lacticoop e a cooperação do seu Assessor, Manuel Fernandes da Silva, passo a colaborar na escrita do Boletim Informativo a partir deste número, Órgão de Comunicação que tem servido, conforme o seu nome indica, para informar os importantes acontecimentos quotidianos na Lacticoop e ampliar o seu nome.

Quero juntar-me à excelente equipa que tem servido esta grande Organização Cooperativa.

Servi os produtores de leite das Cooperativas Associadas desde 1972, durante 40 anos. Estava a União de Cooperativas a dar os primeiros passos. Era economicamente pequenina, mas, demonstrando, nessa altura, já grandeza na sua alma.

Escrito em PEDAÇOS, procurarei levar aos cooperantes, conhecimentos, para uns, e lembranças, para outros, de factos importantes na vida da União de Cooperativas de Produtores de Leite de Entre Douro e Mondego, buscando no meu baú de memórias episódios que foram argamassa na sua construção. A maior parte dos contos são vivências minhas, sendo outros resultantes de leituras e ainda outros de informações que fui recebendo.

Esta iniciativa será também o reavivar do muito que já foi escrito sobre a HISTÓRIA DA LACTICOOP, nomeadamente, no livro “LACTICOOP – CINQUENTA ANOS DE VIDA”.

CAPÍTULO I

TERRITÓRIO DE ORIGEM DA LACTICOOP E SUA RELAÇÃO COM A RAÇA BOVINA AROUQUESA

Sabendo-se que a Lacticoop foi criada por três Cooperativas da zona de montanha/interior do Distrito de Aveiro, onde a aptidão para a produção de leite de vaca foi sempre bastante inferior à da zona Litoral, muitas pessoas interrogar-se-ão porque é que, então, foi na zona “serrana” que a hoje conhecida UNIÃO DE COOPERATIVAS DE PRODUTORES DE LEITE DE ENTRE DOURO E MONDEGO, foi fundada e iniciou a sua atividade?

Duas razões fundamentais estão na sua origem. Uma, relacionada com a adaptação e fixação à região montanhosa de animais robustos e sua posterior exploração e desenvolvimento da produção leiteira. Outra, e em consequência da primeira, relacionada com a existência de cooperativas leiteiras.

PRIMEIRA RAZÃO - O POVOAMENTO DA VACA AROUQUESA

Segundo Fernando Marques em, A Indústria Leiteira no Distrito de Aveiro,

“As condições ecológicas dum país vincam profundamente a distribuição dos efectivos animais tal como condicionam a existência dos agregados humanos. O desenvolvimento das espécies pecuárias, lídimas auxiliares do homem na sua luta tenaz e constante pela existência, subordinam-se estreitamente ao carácter geofísico duma região”.

As condições naturais da região abrangida pelos concelhos de Arouca, Castelo de Paiva, Vale de Cambra, Sever do Vouga e S. Pedro do Sul, situados a Nordeste do Distrito de Aveiro, em zona de montanha, onde sobressaem as serras de Montemuro, Gralheira, Freita e Arestal e onde os terrenos antigos, xistosos e granitoides, muito divididos e atravessados por ribeiros que alimentam numerosos lameiros, alternando com outras manchas de terra coberta por floresta ou por uma reduzida vegetação, obrigaram o Homem, que sempre viveu em simbiose com o gado, a procurar animais que se adaptassem à região e que lhe dessem carne, trabalho e fertilizante. Foi assim que, desde tempos recuados, mesmo antes do século





XVI, e depois dos tempos de transumância, se fixou na região o gado bovino serrano. A Raça que maior aptidão revelou para a região foi a AROQUESA que, pela sua constituição robusta, os membros curtos e grossos, as sólidas unhas e a rija têmpera, apresentava excecionais qualidades para o trabalho.

Mais tarde, não se sabendo dizer a partir de quando, o Homem descobriu que a fêmea AROQUESA, para além da amamentação das crias, também podia dar leite para uso industrial. Embora já pudesse haver, em tempos mais remotos, ao nível caseiro, fabricação de manteiga, datam dos fins do século XIX as primeiras tentativas para o fabrico industrial de manteiga. Dado o elevado índice de gordura do leite da Vaca Arouquesa, seria natural que fosse no seu solar que se iniciasse o seu aproveitamento em termos industriais.

Surgiram assim os primeiros estabelecimentos a tentar tirar partido industrial do leite da Vaca Arouquesa. Entretanto, fruto do processo em curso nas terras altas com o leite da Vaca Arouquesa, as gentes do LITORAL, no Distrito de Aveiro, que dispunham de condições mais propícias para a Produção Pecuária, foram introduzindo e fixando bovinos derivados do HOLANDÊS – a TURINA – e quiseram seguir os mesmos caminhos das gentes do Interior.

Mas, voltando ao Solar do gado Arouquês, data de 1892 a instalação em Sever do VOUGA da primeira

desnatadeira centrífuga. No ano seguinte, surge a primeira instalação industrial no lugar de Sanfins, do mesmo Concelho, montada pelo Visconde de Nandufe. Outras se seguem e, assim, em 1896, um grupo de Comerciantes funda uma fábrica de manteiga em Vale de Cambra e, no mesmo ano, é aprovada a instalação duma Escola de Lacticínios em Castelo de Paiva mas, parece nunca ter funcionado. Em 1906, constituiu-se em Vale de Cambra outra Sociedade para o fabrico de manteiga. A partir daqui assiste-se a uma multiplicação das Unidades Fabris.

Nascidas da iniciativa privada e sem qualquer regulamentação controladora da atividade, sobretudo no campo higio-sanitário, as fábricas foram surgindo em instalações bastante precárias, limitando-se somente à transformação das natas em manteiga de péssima qualidade, sem poder de conservação, em resultado também da ignorância profissional das pessoas que ousadamente se meteram como fabricantes. **(Referir-me-ei à Regulamentação num dos próximos Capítulos).**

O leite desnatado tinha como destino o aproveitamento na alimentação do gado suíno.

Na maior da indisciplina que se viveu no campo de Lacticínios, levados pelo crescente entusiasmo reinante, alguns indivíduos tentaram tirar melhor aproveitamento do leite desnatado, lançando-se no

fabrico de queijo mas, já alargado à zona Litoral onde a TURINA começava a imperar. Na fabricação deste derivado do leite continua a evidenciar-se a falta de preparação técnica dos entusiastas.

É neste movimento e já na primeira década do Século XX que se assiste às primeiras tentativas no sentido de fabricação entre nós do queijo do tipo Holandês. Entre 1902 e 1924 existiram várias experiências na fabricação de queijo Flamengo mas todas elas foram condenadas ao fracasso porque o leite era de muito má qualidade e os fabricantes não dominavam a técnica do fabrico, agravado pela falta de regras higiénicas.

Só a partir de 1930 é que começaram a surgir os primeiros resultados positivos, devidos a uma certa preparação técnica entretanto adquirida pelos improvisados industriais e também por, nessa altura, começar a verificar-se a primeira ação oficial no sentido de terminar com a indisciplina da produção e proceder à reorganização da incipiente indústria em bases higio-sanitárias, técnicas e económicas aceitáveis.

SEGUNDA RAZÃO – A EXISTÊNCIA DE COOPERATIVAS LEITEIRAS

O leite, rico em gordura, produzido pela Vaca Arouquesa, deu lugar ao aparecimento, como cogumelos, de muitos ditos industriais que, com uma desnatadeira em cada canto, extraíam a gordura ao leite destinando-a à fabricação de manteiga em fabriquetas instaladas, na generalidade, duma forma ilegal, e devolvendo ao produtor o leite desnatado para a alimentação dos seus animais.

Os preços do leite praticados pelos industriais, muitos deles pseudo-industriais, não eram, muitas vezes, compensadores, provocando constantes e fundamentados protestos dos produtores. O Industrial pagava o leite em cada momento pelo preço que queria e nem sempre recebia todo o leite que o produtor tinha para entregar. As situações de conflito foram-se multiplicando de tal forma que, a par dos movimentos grevistas desencadeados pelos produtores, foram surgindo também movimentos no sentido da criação de COOPERATIVAS. Esperavam os agricultores que este seria o caminho para se libertarem do jugo dos industriais. E foi assim que em 1924 surgiram, no Concelho de Sever do Vouga, as primeiras duas cooperativas leiteiras do país, uma, fundada na freguesia de Couto de Esteves no dia 01 de Março de 1924, ficando a designar-se Cooperativa de Lacticínios do Vale do Vouga, e outra, fundada na

Freguesia de Rocas no dia 16 de Março de 1924, ficando a designar-se Cooperativa Agrícola de Sanfins. Ambas se prepararam para a fabricação de manteiga com as marcas “Fraternidade” e “Delícia”, respetivamente.

Mais tarde, no Concelho de Arouca, em 30 de Março de 1944, é fundada a Cooperativa Agrícola de Produtores de Lacticínios de Arouca.

Na base da criação destas três cooperativas estiveram sempre as mesmas causas (exploração dos produtores pela indústria privada com baixos preços do leite e sem garantias do seu escoamento na totalidade e em permanência e relações prepotentes) mas, cada uma delas, percorrendo o seu caminho individualmente até 1967, ano de arranque da União de Cooperativas, apresenta histórias diferentes, embora a luta das de Vale do Vouga e Sanfins, para, vingarem, fosse muito semelhante.

Para falarmos sobre o arranque da atividade da LACTICOOP em 1967 é preciso contar a História das Cooperativas que lhe deram origem. **(Falarei sobre este tema num dos próximos Capítulos).**



PRESIDENTE HONORÁRIO



Filipe
Maricato

Cooperativa Agrícola dos Lavradores do Vale do Mondego Atribuiu o Título de Presidente Honorário ao Anterior Presidente e Fundador da Cooperativa Joaquim Santos Gil

A Cooperativa dos Lavradores do Vale do Mondego, realizou no dia 30 de dezembro de 2025 uma reunião da Assembleia Geral para apresentação do Orçamento e Plano de Atividades para o ano de 2026.

Aproveitando a presença dos seus associados nesta reunião, o Conselho de Administração da Cooperativa propôs à Assembleia a atribuição do Título de Presidente Honorário ao anterior presidente e fundador da Cooperativa, Joaquim Santos Gil, tendo a proposta sido aprovada por unanimidade dos sócios presentes.

Após ter sido concluída a reunião, teve início uma breve sessão solene de entrega de um diploma a uma insígnia em prata alusiva à distinção conferida.

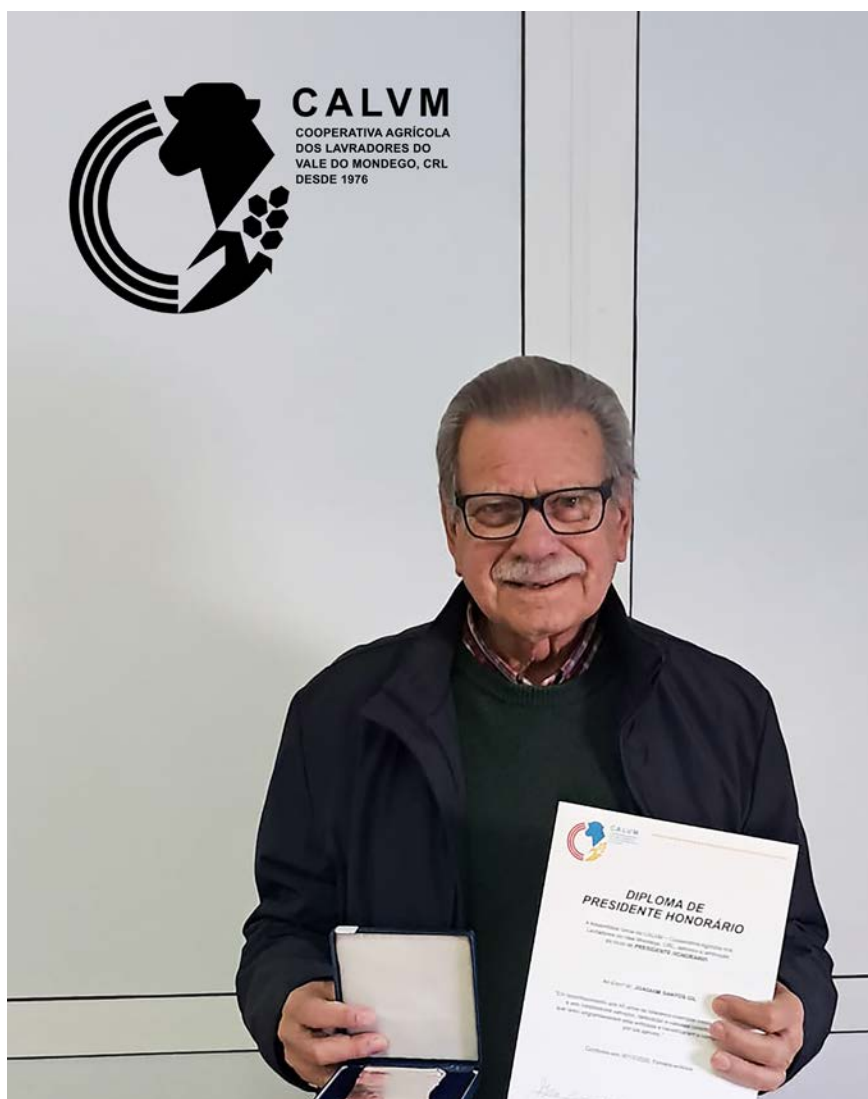
Usando da palavra o Presidente do Conselho de Administração da Cooperativa, Filipe Maricato, dirigiu ao

homenageado umas breves palavras de agradecimento pelo legado deixado, construído ao longo de cinco décadas.

“É com enorme honra, enquanto Presidente da Cooperativa do Vale do Mondego, que tomo hoje a palavra num momento que muito nos dignifica enquanto instituição.

Reunimo-nos para prestar uma justa e sentida homenagem ao senhor Joaquim Gil, fundador desta cooperativa e seu presidente durante cinquenta anos, submetendo à apreciação e deliberação desta Assembleia Geral a atribuição do título de Presidente Honorário.

A história da Cooperativa do Vale do Mondego confunde-se, de forma indissociável, com a história do senhor Joaquim Gil. Foi a sua visão, a sua persistência e o seu profundo compromisso com os valores do cooperativismo que estiveram na origem deste projeto coletivo, que ao longo de décadas serviu e continua a servir os cooperadores e a região.



Durante meio século de liderança, o senhor Joaquim Gil guiou esta casa com sentido de responsabilidade, espírito de serviço e uma dedicação verdadeiramente excepcional. Enfrentou desafios, promoveu o crescimento, fortaleceu a cooperação e soube sempre colocar o interesse comum acima de qualquer outro.

Enquanto atual Presidente, não posso deixar de reconhecer que o caminho que hoje percorremos assenta em bases sólidas construídas ao longo desses cinquenta anos. Muito do que a cooperativa é hoje — a sua estabilidade, o seu prestígio e a confiança que inspira — resulta diretamente do trabalho, da visão e do exemplo deixados pelo senhor Joaquim Gil.

A atribuição do título de Presidente Honorário é, por isso, mais do que um gesto simbólico. É um ato de reconhecimento profundo e sincero por um percurso ímpar, marcado pela dedicação à cooperativa, aos seus valores e às pessoas que a integram.

Senhor Joaquim Gil, em nome dos órgãos sociais, dos colaboradores e de todos os cooperadores, agradeço-lhe o legado que nos deixou e o exemplo que continua a representar. A sua presença entre nós é motivo de orgulho e a sua história permanecerá para sempre ligada à identidade desta cooperativa”.

Viteflock®

Viteflock é um alimento de alta digestibilidade, à base de flocos, formulado para satisfazer as necessidades dos vitelos nos primeiros meses de vida.

- ✓ Melhora o funcionamento pulmonar
- ✓ Aumenta o conforto respiratório e reduz a tosse
- ✓ Diminui o stress
- ✓ Estimula uma ingestão precoce de alimento
- ✓ Reforça o sistema imunitário
- ✓ Equilibra a flora microbiana
- ✓ Reduz a ocorrência de diarreias
- ✓ Promove o desenvolvimento do rúmen

T. (+351) 217 916 000 | inove.tec@reagro.pt | Av. da República 35 1º, 1050-186 Lisboa



Viteflock

Um produto à venda nas Lojas Agro-Rurais Terra a Terra

COOPERATIVAS

COOPERATIVA AGRÍCOLA DO BEBEDOURO ABRIU NOVO ESPAÇO



M. Fernandes da Silva

Cooperativa agrícola do Bebedouro abriu novo espaço de apoio aos associados na Carapinha - Montemor-o-Velho

No dia 3 de Novembro de 2025 a Cooperativa Agrícola do Bebedouro abriu ao público um novo espaço comercial e de apoio aos associados e clientes em geral.

Trata-se de um estabelecimento construído de raiz, com investimento global a rondar os dois milhões de euros.

Neste estabelecimento passou a funcionar uma loja agro rural na qual os agricultores daquela freguesia e freguesias limítrofes podem encontrar todo o tipo de fatores de produção para a generalidade das atividades agrícolas, pecuária e jardinagem.

Foi também instalado neste espaço um secador de cereais com capacidade para 300 toneladas, tendo em vista satisfazer as necessidades dos produtores de milho da região do Baixo Mondego, possuindo a cooperativa neste local capacidade para armazenamento de três mil toneladas de milho.

Com este investimento a cooperativa do Bebedouro pretende solucionar os constrangimentos sentidos pelos produtores de milho na altura das colheitas, nomeadamente nos anos em que a chuva outonal mais intensa dificulta a normal colheita das searas de milho.

Na cerimónia de abertura destas instalações a Administração da Cooperativa do Bebedouro contou com a presença do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Montemor-O-Velho, José Veríssimo, do Presidente da Cooperativa Agrícola de Montemor-O-Velho, Carlos Plácido e do Presidente da Caixa de Crédito Agrícola do Baixo Mondego, Aurélio Rocha que é também Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Cooperativa, para além dos membros dos órgãos sociais da Cooperativa, colaboradores e de um grande grupo de associados.





ELEIÇÕES NA COPOMBAL

COOPERATIVA AGRÍCOLA DO CONCELHO DE POMBAL, CRL



M. Fernandes da Silva

A Copombal – Cooperativa Agrícola do Concelho de Pombal realizou no dia três de Dezembro de 2025 uma reunião da Assembleia Geral em cuja ordem de trabalhos para além da apreciação e votação do Orçamento e Plano de Atividades para o ano de 2026, constava a eleição dos Órgãos Sociais para o quadriénio 2026-2029.

Foi apenas apresentada uma lista concorrente ao sufrágio, a qual pode considerada uma lista de continuidade dos Órgãos Sociais em exercício no mandato anterior, a qual mereceu a votação a favor por unanimidade dos sócios presentes na Assembleia.

Da lista de candidatos efetivos eleitos fazem parte os seguintes elementos:

Mesa Assembleia Geral:

Narciso Ferreira Mota (Presidente)
Carlos alberto Ferreira da Silva (Vice-Presidente)
José António Silva Silveirinha (Secretário)

Conselho de Administração:

Abel António Dias Bráz (Presidente)
Manuel Jesus Ferreira Escalhorda (Vogal)
Arménio Pereira Ramos (Vogal)

Conselho Fiscal:

Vasco Alexandre Silva (Presidente)
António Pedrosa Domingues (1º Vogal)
Manuel Leal Rosa (2º Vogal)

reunião da Assembleia Geral cuja ordem de trabalhos para além da apreciação e votação do Orçamento e Plano de Atividades para o ano de 2026, fazia parte a eleição dos Órgãos Sociais para o quadriénio 2026-2029.

A este ato eleitoral concorreu apenas uma lista apresentada pelos membros dos Órgãos Sociais em exercício, que se propõe dar continuidade ao trabalho desenvolvido no mandato anterior, a qual mereceu a votação a favor por unanimidade dos sócios presentes na Assembleia.

A lista de candidatos efetivos eleitos é composta pelos seguintes elementos:

Mesa Assembleia Geral:

José Fernando Carneiro Pereira (Presidente)
Hernâni Marcelino Almeida (Vice-Presidente)
Aníbal Quintela (Secretário)

Conselho de Administração:

Joaquim Almeida Morgado (Presidente)
Aurélio da Rocha Loureiro (Vogal)
Ademar da Silva Rodrigues (Vogal)

Conselho Fiscal:

Manuel Gonçalo Almeida Dias (Presidente)
Lino Gonçalves Silva (Vogal)
Delfim Almeida Rocha (Vogal)

O Conselho de Administração da Lacticoop felicita os membros dos novos Órgãos Sociais das Cooperativas de Pombal e Castro Daire, manifestando desde já toda a disponibilidade para trabalhar em conjunto em prol do desenvolvimento da atividade agrícola e pecuária nas regiões em que estão inseridas.

ELEIÇÕES NA CAIRE

COOPERATIVA AGRÍCOLA DE CASTRO DAIRE, CRL

A CAIRE – Cooperativa Agrícola de Castro Daire CRL, realizou no dia dezasseis de Dezembro de 2025 uma

#MAISLEITE REGRESSA À ESCOLA



Susana
Teixeira

No passado dia 22 de janeiro, o Programa de Promoção do Leite e Laticínios – #maisleite realizou mais uma jornada de sensibilização junto de comunidades educativas do ensino pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico.

A iniciativa alcançou cerca de 140 crianças do Jardim de Infância de Sepins e da Escola Básica de Bolho, no concelho de Cantanhede, e do Jardim de Infância de Eixo, no município de Aveiro.

Ao longo das visitas, foram dinamizadas ações de sensibilização centradas no circuito do leite, desde a produção até chegar ao copo do consumidor, proporcionando às crianças um maior conhecimento do trabalho dos produtores, dos processos envolvidos e da importância da qualidade e segurança alimentar do leite. Foram ainda destacados os benefícios do consumo de leite e produtos lácteos ao longo de todas as fases da vida, reforçando o seu papel numa alimentação saudável e equilibrada.

O momento alto das visitas foi, como já é habitual, a presença da mascote #maisleite, a vaquinha que faz as delícias de miúdos e graúdos e que proporciona

momentos de grande entusiasmo, interação e muitas fotografias!

No final de cada sessão, todos os participantes foram presenteados com uma lancheira, oferta da Lacticoop – União de Cooperativas de Produtores de Leite de Entre Douro e Mondego, com um lanche saudável, de produtos lácteos e fruta.

O #maisleite afirma-se, assim, como uma iniciativa educativa, divertida e saborosa, promovida pela ALIP- Associação Interprofissional do Leite e Laticínios junto das comunidades escolares, no âmbito da promoção de hábitos de alimentação saudáveis. Desde o primeiro momento, o programa conta com a parceria da Lacticoop nas visitas às escolas da região, reforçando o seu compromisso com a valorização do leite e dos seus produtores.

A equipa #maisleite deixa uma mensagem de felicitação especial ao Centro Infantil de Eixo, que comemora este ano o seu 50º aniversário, tendo esta ação sido a primeira de um conjunto de atividades que vai desenvolver ao longo deste ano letivo para comemorar a efeméride.



“VAMOS FALAR DE LEITE?”

REFORÇA VALOR DA PROTEÍNA LÁCTEA E DA SUSTENTABILIDADE



Susana
Teixeira

O seminário “Vamos Falar de Leite? – Das Proteínas Lácteas à Sustentabilidade”, promovido pela ALIP – Associação Interprofissional do Leite e Lacticínios, decorreu na Lisbon Food Affair, em Lisboa, reunindo especialistas das áreas da nutrição, indústria e gastronomia para um debate alargado sobre o papel dos lácteos na alimentação, na economia e na sustentabilidade.

O painel contou com a participação de Anabela Gomes, Diretora da Sustentabilidade e Qualidade Corporativa da Lactogal, da nutricionista Joana Ribeiro, da Associação Portuguesa de Nutrição, e do chef Rodrigo Castelo, sob a moderação do Secretário-Geral da FENALAC, Fernando Cardoso.

Nutrição: regressar à base e valorizar a dieta mediterrânica

Para Joana Ribeiro, “é essencial voltar à base, isto é, a uma alimentação equilibrada que tenha por base a dieta mediterrânica, um padrão alimentar já muito conhecido e muito estudado, não só ao nível da prevenção de doenças, mas também da sustentabilidade”.

A especialista recordou que os lácteos integram este padrão alimentar, recomendando-se o consumo de 2 a 3 porções diárias, bem como uma ingestão proteica adequada – cerca de 0,8 g por quilograma de peso corporal.

Relativamente ao mito da lactose, sublinhou que “não é mais do que um macronutriente do leite e pode ser consumido sem qualquer receio, desde que não haja qualquer tipo de intolerância”, reforçando que a nutrição deve ser acompanhada por profissionais qualificados.

Sustentabilidade: proteína como ativo estratégico

Na perspetiva da indústria, Anabela Gomes destacou que “a proteína é um ativo sustentável porque há uma ligação entre o valor da proteína e o território, os produtores de leite, a indústria, a ciência e o consumidor”.





A responsável da Lactogal reconheceu que as tendências de consumo têm evoluído. O leite líquido tem vindo a perder expressão face à procura crescente por queijos com alto teor de proteína, shakes proteicos e queijo cottage.

Num equilíbrio entre ciência, inovação e saúde do consumidor, a empresa tem reforçado o investimento na sustentabilidade e no bem-estar animal, contando já com um número significativo de produtores que asseguram, diariamente, leite com proteína A2, reconhecida pela sua digestibilidade.

Gastronomia: tradição, inovação e responsabilidade
Distinguido com duas Estrelas Michelin e uma Estrela Verde, o chef Rodrigo Castelo sublinhou que falar de lácteos é, inevitavelmente, falar de gastronomia.

No seu restaurante, a sustentabilidade é aplicada de forma transversal, desde o reaproveitamento de produtos à valorização de ingredientes locais. “Usamos muito leite, nata, queijo e manteiga. Sendo a nossa cozinha portuguesa, onde o azeite é obrigatório, por vezes conseguimos usar mais a manteiga como ingrediente de confeção”, partilhou o chef.

20 anos a representar a fileira leiteira

Este seminário assinala o arranque das comemorações dos 20 anos do Laboratório Interprofissional do Leite e Laticínios da ALIP, o único em Portugal e cuja atividade é acreditada pelo IPAC, assegurando elevados padrões de qualidade e rigor técnico ao serviço do setor.

Enquanto entidade representativa da fileira leiteira nacional, da produção à indústria, a Associação Interprofissional do Leite e Laticínios reforça, assim, o seu compromisso com a promoção de informação científica, a valorização da proteína láctea e a sustentabilidade de toda a cadeia de valor do leite português.



NOVAS REGRAS PARA “SIMPLIFICAR”

comunicações à Segurança Social



Paula
Vinhas

«(...)

O Governo justifica as alterações com a necessidade de serem criadas “medidas de otimização e simplificação das comunicações das entidades contribuintes com o sistema de segurança social com o objetivo de reduzir custos administrativos e de contexto”.

Paula Franco, bastonária da Ordem dos Contabilistas Certificados (OCC),

explica que o “modus operandis” das comunicações sobre trabalhadores “muda todo”, já que é a “Segurança Social que passa a emitir as contribuições”, ao contrário do que se passava até agora com a emissão mensal de uma declaração de remuneração por parte da entidade empregadora.

“Passa ela própria a gerar as contribuições e as empresas só comunicam as alterações [nos salários]”. Além disso, todo o processo passa a ser totalmente informatizado, permitindo o registo de uma conta corrente das contribuições por trabalhador, que segundo a bastonária não era possível manter até agora, devido à dispersão das declarações de remuneração mensais. (...)

Muito vai mudar, e já a partir de 1 de janeiro de 2026, no modo como as entidades empregadoras devem comunicar as informações sobre os seus trabalhadores à Segurança Social. Há um modelo de comunicação contributiva totalmente novo, desaparecendo a obrigação de emitir mensalmente a declaração de remuneração do trabalhador, a menos que existam alterações salariais.

Mas há ainda um período de transição, que decorre durante todo o ano de 2026. Só a partir de 1 de janeiro de 2027 é que todas as entidades empregadoras estarão obrigatoriamente abrangidas pelo novo modelo de comunicação contributiva.

As alterações ao Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, através do

Decreto-Lei n.º 127/2025 e do Decreto Regulamentar n.º 7/2025, publicados na semana passada em Diário da República, fazem parte, segundo o Governo, de uma estratégia de digitalização da relação das entidades empregadoras com a Segurança Social. (...)

Prazo de comunicação de admissão de trabalhadores muda, mas pouco.

A admissão de trabalhadores numa qualquer empresa tem sempre de ser comunicada pelas entidades empregadoras através do serviço da Segurança Social Direta. Até agora, previa-se que esta comunicação



tinha de ser feita “nos 15 dias anteriores ao início da produção de efeitos do contrato de trabalho”. Esta alínea do código foi reformulada e passa a prever que a comunicação tenha de ser feita “até ao início da execução do contrato de trabalho”.

“O importante é que antes de o contrato de trabalho entrar em execução haja comunicação à Segurança Social, para evitar fraudes”, refere Luísa Andias Gonçalves, recordando que em versões anteriores da norma se chegou a estabelecer um prazo “até ao fim do primeiro dia” de trabalho. Com essa redação da norma, havia a possibilidade de, quando chegava uma inspeção, dizer-se que “o trabalhador tinha começado nesse dia, tendo até ao final da jornada para fazer a comunicação”.

Em relação à formulação anterior à que entra em vigor a 1 de janeiro de 2026, só deixa de haver uma janela temporal prevista em que a comunicação deve ocorrer, mas fica garantido que a comunicação tem sempre de acontecer até ao início da execução do contrato de trabalho

Nuno Ferreira Morgado, advogado de Direito do Trabalho na PLMJ, diz que a nova redação só vem “trazer clarificação” a uma norma que trazia confusão,

já que havia quem quisesse fazer a comunicação antes dos 15 dias do início do contrato e não sabia se o podia fazer, por exemplo.

Agora, desaparece o elemento que fixava o prazo e determina-se, de forma aberta, que a comunicação tem de ser feita antes de o trabalhador executar o contrato de trabalho, ou seja, até ao início do primeiro dia em funções.

Remuneração permanente do trabalhador passa a ter de ser declarada na primeira comunicação à Segurança Social

Quando é feita a comunicação de admissão do trabalhador, a entidade empregadora tem de identificá-lo e indicar a modalidade do contrato de trabalho firmado. Mas passa agora, também, a ter de preencher mais um dado: a remuneração permanente daquele trabalhador.

“O objetivo é que em cada mês, em vez de ter de declarar a remuneração, só tenha que se fazer a comunicação se houver alterações à remuneração permanente que está prevista. Se for sempre igual, o empregador só tem que ir lá aceitar o que já está preenchido”, esclarece Luísa Andias Gonçalves.

Ou seja, os dados da remuneração estão lançados por defeito como sendo sempre iguais, e portanto a entidade empregadora só precisa, desde que nada mude, de abrir o portal da Segurança Social Direta e aceitar uma declaração pré-preenchida.

“Todos os meses tinha de ser feita uma declaração em que se dizia quanto é que se pagava ao trabalhador, agora faz-se uma comunicação a dizer qual é a remuneração permanente, sendo que se passa a ter até ao dia 20 do mês seguinte para dizer se há alguma divergência em relação ao que está na declaração inicial”, explica o advogado Nuno Ferreira Morgado.

Estas divergências correspondem a todas as alterações salariais, tais como faltas dos trabalhadores, períodos de baixa médica ou meses em que tenham de ser pagos subsídios que não são pagos regularmente. Ou seja, todo e qualquer elemento que mexa na base salarial do trabalhador e que altere a base da incidência contributiva da entidade empregadora perante a Segurança Social.



O advogado de Direito do Trabalho diz que este “preenchimento por defeito” parece ter um “propósito simplificador”, mas que “pela circunstância de haver muitas variações nas remunerações” pode, na prática, não se revelar assim tão útil.

Este novo modelo contributivo simplificado é voluntário durante todo o ano de 2026 e só a partir de 2027 é que passa a ser obrigatório. Luísa Andias Gonçalves diz que há um “espaço largo de tempo para todos se adaptarem”, assumindo que o novo modelo possa “gerar alguma confusão de adaptação no início”.

Paula Franco, bastonária da Ordem dos Contabilistas Certificados (OCC),

“aconselha que os sistemas informáticos sejam ajustados e atualizados” ao longo de 2026 “para que não existam problemas mais tarde. A ordem profissional vai estar atenta a eventuais problemas que surjam nas comunicações com a Segurança Social.

Período do pagamento de contribuições vai mudar e durar mais tempo

O pagamento das contribuições e das quotizações relativas ao trabalho continua a ser mensal, só que em vez de decorrer entre o dia 10 e o dia 20 passa agora a decorrer num prazo mais alargado, entre o dia 1 e o dia 25 do mês seguinte àquele a que as contribuições dizem respeito.

A vantagem, como destaca Luísa Andias Gonçalves, é um “prazo mais alargado para realizar o pagamento”, sendo que o valor das contribuições será fixo sempre que exista apenas uma validação da declaração de remuneração permanente, entregue no início.

Havendo alterações na remuneração há mais dois prazos a ter em conta: com o novo regime a entidade empregadora tem até ao dia 10 para comunicar alterações na remuneração do trabalhador e até ao dia 20 para as confirmar.

Como destaca a especialista em direito laboral, “em termos de financiamento da Segurança Social nada muda, só mudam os procedimentos propriamente ditos”. Sendo que na maioria dos casos são os contabilistas certificados contratados pelas empresas

que tratam destas questões, estando estes a receber formações e indicações da ordem tal como referido pela bastonária.

Contabilização de tempos de trabalho para contratos parciais e de curta duração vai mudar

Também há mudanças para os trabalhadores a tempo parcial e com contratos de curta duração. Nestes casos é preciso fazer a “declaração de remuneração horária para efeitos de determinação da base de incidência contributiva e do montante de contribuições e quotizações devidas”.

“Por cada conjunto de cinco horas de trabalho é declarado um dia e, quando o número de horas de trabalho exceda múltiplos de cinco, é declarado mais um dia, com o limite máximo de 30 dias em cada mês”, passa a ler-se no decreto regulamentar associado ao código contributivo.

“O que se dizia na lei até agora é que se tem de ter seis horas de trabalho para se contar um dia de trabalho. Se trabalhasse três horas de trabalho num dia e três horas de trabalho noutro, só ia ter um dia de contribuição e não dois”, explica Nuno Ferreira Morgado, advogado de Direito do Trabalho na PLMJ.

Agora, passa a haver uma redução de seis para cinco horas, ou seja, segundo o especialista, “é mais fácil preencher um dia de contribuição porque há menos horas que são exigidas”.

(...)».

Legislação:

Alterações ao Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, através do Decreto-Lei n.º 127/2025 (de 9 de dezembro) e do Decreto Regulamentar n.º 7/2025 (de 9 de dezembro)

Fonte:

<https://www.occ.pt/pt-pt/noticias/novas-regras-para-simplificar-comunicacoes-seguranca-social-geram-perplexidade>

2º ENCONTRO TÉCNICO



11 DE ABRIL - ZONA INDUSTRIAL DA TOCHA

PROGRAMA:

09H30: ACOLHIMENTO E ACREDITAÇÃO DOS PARTICIPANTES

10H00: ABERTURA DOS TRABALHOS

10H10: LEITE E SAÚDE - SEGURANÇA ALIMENTAR

(Dr. José Magalhães, Dra. Maria João Rocha e Dra. Benilde Barbosa - Serviço de Medicina Interna - HUC-ULS Coimbra)

10H30: O IMPACTO DAS MICOTOXINAS NA PRODUÇÃO E SAÚDE DAS VACAS LEITEIRAS

(Inacio Artadia - Biomin) - Palestra Vetlima

11H00: COFFEE-BREAK

11h30: O MÉDICO-VETERINÁRIO NO EPICENTRO DA DERMATOSE NODULAR CONTAGIOSA

(Dr. David García Torres - Dairy Robot Solutions)

12H00: A IMPORTÂNCIA DA TECNOLOGIA NUMA UNIDADE PRODUTIVA DE LEITE

(Sérgio Vieira - GEA e Diana Carvalho - Produtora)

12H30: MESA REDONDA: AMEAÇAS E OPORTUNIDADES NO SECTOR DO LEITE

(Dra. Adelaide Pereira - Segalab)

13h15: SESSÃO DE ENCERRAMENTO

13H30: ALMOÇO



COM O APOIO DE:

BASF
We create chemistry

Vetlima
A better way to animal health

CORTEVA
agriscience

GEA

PIONEER

NUTRICONSULT

DIN

ASCENZA

nutrinova
nutrição animal, S.A.

kersia
INVENTING A FOOD SAFE WORLD

zêzere
"DA NATUREZA PARA A NATUREZA"

terra @ terra

LOJAS AGRO-RURAIS



Na Terra a Terra, não vendemos apenas produtos, oferecemos soluções para todas as suas necessidades, desde o jardim até à agricultura, do metro quadrado ao hectare.

Não esquecendo o bem-estar e conforto das pessoas e dos seus animais de estimação. Numa Loja Terra a Terra encontrará produtos e equipamentos que satisfazem as necessidades dos criadores das mais diversas espécies animais, do pequeno agricultor, dos amantes da jardinagem e do faça você mesmo.

Faça-nos uma visita e descubra o nosso atendimento especializado e dedicado.



Cantanhede
Mira
Soure
Vila Nova Paiva
Vouzela

